SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO – CAU/ES

ATA DA 8ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DOZE.

Início:19h.....

Término: 22h.....

Local: Sala Atlântico, do Four Towers Hotel, Av. Saturnino de Brito, 1327 – Praia do Canto - Vitória-ES.....

Presenças: Arq. E Urb. **Tito Augusto de Abreu Carvalho** (presidente). **Conselheiros Estaduais:** Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**, Arq. e Urb. **Aparecida Maria da Silva Borges**, Arq. e Urb. **Eduardo Pasquinelli Rocio**, Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa**, Arq. e Urb. **Eliomar Venâncio de Souza Filho,** Arq. e Urb. **Leandro Camatta de Assis** e Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro. Convidados**: Arq. e Urb. **Anderson Fioreti de Menezes** (conselheiro federal) **e Márcia Mártins Angeli**, **Assessoria ao Plenário**: **Patricia Cordeiro**. **Secretaria: Joana D'Arc do Sacramento Araújo**.....

ITEM I - Abertura dos trabalhos pelo Presidente - Constatado o "quórum" regimental e após a execução do Hino Nacional, o presidente do CAU/ES **Tito Carvalho** declarou abertos os trabalhos. **ITEM II - Aprovação da pauta** – O presidente T**ito Carvalho** submeteu a pauta apresentada em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. **ITEM III - Aprovação da ata da 7ª Sessão Plenária Ordinária** - Foi aprovada por unanimidade a ata da 7ª Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES. **ITEM IV - Relato das reuniões das Comissões – Relato da Comissão de Ética** - O conselheiro **Eliomar Venâncio de Souza Filho** citou que na Comissão de Ética do CAU/ES há um único processo em andamento. Relatou sobre a reunião nacional que foi realizada em Goiânia com os coordenadores das Comissões de Ética com objetivo de subsidiar a criação do código de ética profissional. O CAU/BR contratou o Instituto "ANIS" para fazer uma pesquisa em diversos códigos de vários países para tentar buscar ideias que servirão de aprendizado para saber o que se faz em outros países. Citou que o prazo para elaboração do código é até final de 2013 e que a participação dos estados vem crescendo e hoje já existem 80% dos estados participando deste debate. Informou sobre os questionamentos feitos com relação a reserva técnica. A conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges** sugeriu a realização de um seminário de Ética para debatermos esse tema e termos um posicionamento sobre isso. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** considerou

muito bom a Comissão do CAU/BR estar se reunindo e abrindo discussão para participação dos Estados e também faz comentários sobre a reserva técnica. **Relato da Comissão de Exercício Profissional, Ensino e Formação Profissional** – A conselheira **Ana Paula Rabello Lyra** relatou sobre o Seminário de Capacitação da Comissão de Ensino em Campo Grande – MT. Comentou sobre o convênio com Governo que será coordenado pelos IABs para que todos os projetos com verbas públicas passem a ser resultado de concurso público para arquitetos e urbanistas. Citou que o Ministério da Educação - MEC procurou o CAU/BR para ajudar no combate a diplomas falsos pois havia um site na Califórnia que vinha clonando os nomes de Instituições de Ensino Superior - IES, inclusive daqui do Estado, mas já foi denunciado na Polícia Federal. Com isso o MEC está tentando entrar em contato com as IES para que comecem a inserir o código de verificação de autenticidade nos diplomas. Informou que o governo está tentando criar uma agência de regulação do ensino superior. Comentou que foi abordado o tema da valorização da profissão. Citou que foi reestabelecido o convênio com MEC, onde o Conselho estará emitindo parecer sobre abertura, reconhecimento e revalidação de cursos de arquitetura e urbanismo, como era no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA. Foi feito convênio com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo - ABEA que estará emitindo esses pareceres. Relatou que o ponto alto deste encontro foi a discussão em relação a como o CAU poderá contribuir para a qualidade do profissional, e se faça como na Ordem dos Advogados e se crie um selo de certificação de qualidade, levando em consideração como referências a avaliação do MEC, a avaliação do Mercosul, perfis e padrão de qualidade produzidos pelos professores da ABEA. Como foi comentado que no estado do Espírito Santo já tinha sido realizado um fórum de ensino, foi sugerido fazer um novo fórum para que fosse levada a contribuição do CAU/ES para construção de novos indicadores. Citou, como exemplo, que o CAU/MT está com convênio com a prefeitura onde estão treinando os profissionais para que 100% dos projetos aprovados sejam digitais. Relatou que hoje, na reunião da Comissão de Exercício Profissional, Ensino e Formação Profissional, surgiu a ideia, que gostaria de submeter à plenária, de se fazer um folder com as resoluções (atribuições profissionais), como preencher um Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, o que é um acervo técnico e como obtê-lo. E verificar a possibilidade de distribuir este impresso junto com as carteiras profissionais. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** considerou interessante, mas lembrou que para uso de toda verba pública tem que ter critério e questionou como trabalhar isso para que não se perca uma ótima ideia. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** sugeriu que o CAU faça uma pesquisa para saber se os diplomas são falsos. O presidente **Tito Carvalho** explicou que ficou muito feliz com a abordagem desse tema, pois muitas vezes ouviu que as respostas do Espírito Santo são lentas, porém o que foi sugerido pelo CAU/BR, já vem sendo feito pelo

CAU/ES. Informou que aqui no Estado ninguém é registrado sem que seja checada a origem do diploma, o que é uma exceção no Brasil. Citou casos de pessoas que não conseguiram registro aqui, mas conseguiram de outra forma, ou no CAU de outro Estado ou no CAU/BR. Questionou que quando foi feito levantamento das anuidades, constatou-se que muitos professores não estão em dia. E também o fato de coordenador de curso de arquitetura não ser arquiteto e urbanista. A conselheira **Ana Paula Rabello Lyra** explicou que existia a pontuação para a titulação do coordenador, quando este possuía titulação relativo ao curso que coordena a instituição de ensino recebia nota um e com isso o curso poderia ser aprovado, porém essa pontuação da titulação foi retirada. Mas isso está sendo revisto. E com relação a cargo e função só está sendo exigido para o coordenador do curso. Não é necessário que o professor pague anuidade ou tenha RRT de professor. A Assessora Técnica **Patricia Cordeiro** explicou não termos instrumentos legais para notificar ou comunicar a instituição de ensino que ela está cometendo uma irregularidade. Não temos isso definido, não há nada escrito em lugar algum que exija que para ser coordenador daquele curso, tem que ser profissional de arquitetura. **Relato da Comissão de Finanças -** O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** explicou que, conforme foi dito na última plenária, foi solicitado pelo CAU/BR em julho/2012 uma reformulação orçamentária pois o orçamento feito para os CAU/UF poderem funcionar foi baseado nos dados do CREA-ES e foi superestimado. Essa reformulação seria com plano de ação, já tentando caminhar para um modelo por cento de custo. Relatou que a reunião de Florianópolis em outubro de 2012, já era para planejamento de 2013, mesmo estando ainda com o orçamento 2012 em aberto, mas já tínhamos um orçamento aprovado. Informou que legalmente o CAU/ES está coberto, mas é necessário para o orçamento 2013 para apresentar um novo modelo de plano de ação por cento de custo. Explicitou também que questionou o prazo de 15 dias para fazer isso, considerando o porte da equipe que temos e a quantidade de coisas para fazer e mais a emissão das carteiras. O orçamento para 2013 deve ser aprovado para o CAU/ES conseguir funcionar. O conselheiro **Eliomar Venâncio de Souza Filho** comentou sobre a previsão orçamentária. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** informou que na reunião em Curitiba foi dito que não precisaríamos cumprir a lei de responsabilidade fiscal, porém já solicitou por escrito, e até agora não teve resposta. Há uma tese que como o recurso do CAU não é recurso do tesouro e sim pagamento dos profissionais, apesar de ser uma autarquia não precisaria cumprir a lei de responsabilidade fiscal e não precisaria ter auditoria do tribunal de contas. Vai encaminhar ofício ao jurídico do CAU/BR a ao Tribunal de Contas da União - TCU para termos isso documentado e de forma oficial. O conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** complementou as colocações do conselheiro José Carlos Neves Loureiro e diz que a preocupação não é o orçamento de 2012 e sim o de 2013 que tem que ser aprovado para

funcionarmos. Afirmou que vale a pena a correria que for necessária para se elaborar o plano de ação. Citou que recebeu uma ligação da conselheira federal, Cláudia Pires, que é membro da Comissão de Finanças do CAU/MG, se colocando à disposição junto com Filomena, funcionária do CAU/BR para ajudar a fechar o orçamento 2013. E sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, estão sendo realizadas algumas ações de apoio administrativo aos CAU/UF para o bom funcionamento dos Conselhos. O presidente **Tito Carvalho** questionou como criar uma sustentabilidade onde para se ter uma fiscalização, tem que ser feita por arquiteto e urbanista e com cada arquiteto e urbanista gastaríamos R$10.000,00 (dez mil reais) por mês. E como se estruturar um CAU estável dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal que faça fiscalização de acordo com essa legislação. Reforçou que a função do presidente é trazer para o CAU/ES condições mínimas de trabalho que ainda não temos, considerando as regras que estão sendo colocadas. O conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** sobre o questionamento do conselheiro José Carlos Neves Loureiro sobre o orçamento, informou que tem que haver um CAU básico e não CAU mínimo, e que deve variar para cada Estado. Temos que estabelecer e montar um CAU a partir deste questionamento. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** questionou a arrecadação do nosso estado, por ser um estado pequeno, "precisamos nos inserir nos estados que recebem". O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** ressaltou que até hoje o CAU não sabe quanto arrecadou e que se não sabemos quanto temos, como vamos gastar. Informou que decisão política só pode ser tomada se tiver respaldada numa questão de sustentabilidade econômica. Não se sabe quanto se arrecada, não se tem uma projeção de campanha de valorização e nem se discute sobre essa questão. Questionou como discutir divisão e gasto, tendo como exemplo a resolução que diz que o fiscal tem que ser arquiteto e urbanista, como contratar esse fiscal? O presidente **Tito Carvalho** fez algumas considerações complementares e citou que a única referência que temos é de outubro de 2011, onde os arquitetos e urbanistas geraram 544 (quinhentos e quarenta e quatro) Anotações de Responsabilidade Técnico - ARTs incluindo pessoa física e jurídica no sistema antigo e em 2/3 do mesmo período de 2012 foram geradas 835 (oitocentos e trinta e cinco) RRTs. Quase 60% acima, com todas as dificuldades. Mas que nem essa diferença é suficiente para chegarmos ao patamar de receita do ano passado. Registrou que discorda do CAU mínimo. Questionou qual a estrutura que o CAU/BR precisa ter, qual a estrutura que os CAU/UF precisam ter, aí sim conseguiremos ter a conta desse percentual. Informou quanto a verba do CREA do ano de 2011, foi feito um primeiro repasse para os CAU/UF e criou-se uma expectativa para receber o restante, mas como o CAU/BR está desenvolvendo uma série de novos projetos que é de interesse de todos os CAU/UF, este dinheiro vai ser usado para isso e não repassado para os CAU/UF. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** explicou como foi feito o repasse de valores do CREA. O conselheiro

federal **Anderson Fioreti de Menezes** explicou que as informações dos Estados não chegam ao CAU/BR. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** citou o plano de ação com seis projetos: Casa do Arquiteto, Campanha de Valorização Profissional, CAU/ES nas Escolas, resgatar documentação analógica e digital do Crea-ES, Apoio ao CAU/BR para elaboração da nova identidade profissional e o Circuito CAU/ES (com os arquitetos e urbanistas, que já foi feita uma reunião e tem mais duas previstas). Explicou que esses projetos já foram orçados. Relatou sobre as atividades orçamentárias divididas em elementos de despesa e explicou como é feita a previsão orçamentária. Em seguida foi feita a votação da reprogramação orçamentária de 2012, que foi aprovada por unanimidade. O presidente continuou com o relato sobre o Projeto CAU/ES nas Escolas onde teve participação de 35% dos alunos das escolas visitadas. Informou que o CAU/ES hoje possui três representações, onde tomaram posse como conselheiros no Conselho de Cultura de Espírito Santo, Viviane Lima Pimentel e Ricardo Rocha, que teve como critério análise de currículos encaminhados para o CAU/ES, bem como o conselheiro Luiz Cláudio Leone Loureiro como representante do CAU/ES no Ministério Público. Citou uma reunião agendada com o presidente da Assembleia Legislativa dentro do Projeto CAU/ES: Construindo Relações Institucionais, resultado do envio de ofícios para diversos órgãos do Estado para tratarmos de três pontos fundamentais: Lei de Assistência Técnica (a importância dos Estados e dos municípios); Revisão da Lei Federal nº 6.766/1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, que reverbera nas leis estaduais e nas políticas municipais; E a questão de fiscalização de obras. Sobre a emissão das carteiras profissionais e solicitou que a assessoria técnica explique o processo de recadastramento. A assessora técnica **Patricia Cordeiro** relacionou os passos para realização do recadastramento, começando pela atualização, o agendamento no Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - SICCAU e o comparecimento ao CAU/ES para validação dos dados e a coleta dos dados biométricos. Informou que este é o fluxograma encaminhado a todos os estados pelo CAU/BR e que a etapa da renumeração dos registros será realizada pelo CAU/BR. Informou que temos hoje no Estado, 1.759 profissionais cadastrados e destes 1254 são adimplentes, e que até agora 719 fizeram a atualização cadastral. O presidente **Tito Carvalho** relatou sobre o processo de recadastramento no CAU/ES que inclui uma pesquisa que será realizada no momento do atendimento para termos informações sobre os profissionais do Estado, pois considerou que é um momento para construirmos um relacionamento com esses profissionais e uma oportunidade para que os conselheiros também construam esse relacionamento. A assessora técnica **Patricia Cordeiro** explicou todas as etapas que envolvem o atendimento dos profissionais, que começa bem antes do atendimento pessoal. Informou que o CAU/BR enviou um kit para coleta dos dados biométricos para o Estado e que o presidente Tito Carvalho tinha

a intenção de atender aos profissionais no interior alugando um 2º kit, mas não foi possível pois a empresa que ganhou a concorrência para fornecer o equipamento não tem equipamentos para locação. Completou relacionando as ações da comunicação, entre estas, as várias inserções em revistas e emissoras de televisão efetuadas pelo CAU/BR. Neste momento foi transmitida a propaganda que foi veiculada na televisão. A assessora técnica **Patricia Cordeiro** finalizou informando que o CAU/ES envia aos arquitetos e urbanistas informativos sobre as ações do Conselho. O presidente **Tito Carvalho** falou da entrevista concedida ao programa Nove Minutos do Eustáquio, que foi o primeiro momento do CAU/ES na televisão. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** sugeriu alugar um ônibus para trazer os profissionais do interior, já que não vai haver esse atendimento no interior do Estado. O conselheiro **Eduardo Simões Barbosa** comenta que o prazo para o recadastramento é pequeno, pois teremos profissionais formando todos os anos. A assessora técnica **Patricia Cordeiro** explicou que a urgência é apenas no recadastramento para a renumeração dos registros, que será feita de acordo com a data de formação dos profissionais e que o equipamento ficará nos Estados para que continuem os registros dos novos profissionais, sendo que os egressos não terão carteira por serem provisórios. A conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges** comentou que o dia do arquiteto e urbanista mudou e não houve divulgação, as pessoas não sabem da alteração e nem o motivo. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** informou que a alteração na data do arquiteto e urbanista foi de 11 para 15 de dezembro em homenagem ao aniversário de Oscar Niemeyer. E quanto a questão de divulgação, já estamos discutindo com a agência de publicidade pois precisamos começar a colocar campanhas na rua. Comentou que a contratação da agência de publicidade é a mais complicada no poder público. O presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo - CAU/ES, **Tito Augusto Abreu de Carvalho** agradeceu aos presentes e nada mais havendo a tratar, encerrou a 8ª Sessão Plenária Ordinária e eu, **Joana D'Arc do Sacramento Araújo**, lavrei a presente ata, que segue assinada por todos mim, pelo presidente e pelos conselheiros no exercício da titularidade.

Vitória, 23 de outubro de 2012.

Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho**
Presidente do CAU/ES

Joana D'Arc do Sacramento Araújo
Secretária dos Trabalhos

Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**
Conselheira Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Pasquinelli Rocio**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eliomar Venâncio de Souza Filho**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. E Urb. **Eduardo Simões Barbosa**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Leandro Camatta de Assis**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Aparecida Maria da Silva Borges**
Conselheiro Suplente no exercício da
titularidade do CAU/ES